



CIEA7 #2:

O DESPORTO NOS PAÍSES AFRICANOS: ENTRE AS PRÁTICAS COLONIAIS E OS PROJECTOS DE MODERNIDADE.

Marcelo Bittencourt<sup>©</sup>

marcelo216@gmail.com

## **Jogando no campo do inimigo. Futebol e luta política em Angola**

*O esporte em Angola, em especial o futebol, em Luanda, entre os anos de 1950 e o início dos anos 1960, permite observar diferentes formas de relacionamento entre colonizadores e colonizados. Lutas contra os privilégios coloniais são construídas por angolanos, tendo por base o próprio discurso colonial da igualdade entre os portugueses. Estratégia que uma história política mais preocupada em olhar para as lutas explicitamente anticoloniais tem dificuldade em enxergar. A concentração, sobretudo, nos movimentos de libertação, dificulta e talvez desvalorize a observação de ações não institucionalizadas e mesmo as ocorridas no campo da legalidade colonial. O que, em certa medida, significa abrir mão de se debruçar sobre aspectos importantes da vida cotidiana dos angolanos no período. Questões de ordem racial, sobre o nacionalismo angolano, o estado colonial e os casos de repressão aos clubes e associações culturais são temas que surgem como desdobramento dessa análise.*

Angola, Esporte, Raça, Luta anticolonial.

---

<sup>©</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

## INTRODUÇÃO

Em julho de 1954, o *Jornal de Angola*, uma publicação da Associação dos Naturais de Angola (Anangola) noticiava da seguinte maneira a venda de ingressos para o campeonato da segunda divisão de futebol de Luanda<sup>1</sup>:

Os preços de entrada para o Campeonato de Futebol de Luanda da II Divisão são os seguintes: Senhas de camarote 15\$00, Bancada 7\$50, Bancada para senhora 5\$00, Militares não graduados (entrada para bancada) 5\$00, Peão Central 5\$00 e Peão Lateral (Indígenas) 3\$00 (*Jornal de Angola*, em 31 de julho de 1954, p. 10).

Indígenas? Militares não graduados? Luanda tinha um campeonato de futebol? E uma segunda divisão? Para além destas perguntas mais imediatas, ainda que pertinentes, o anúncio da venda de ingressos em Luanda permite uma aproximação a discussões muito próprias do cotidiano colonial de Angola nos anos 1950. Questões de ordem racial, sobre o nacionalismo angolano, o estado colonial e os casos de repressão aos clubes e associações culturais são temas que surgem como desdobramento de uma análise mais detida sobre o futebol em Angola nos anos de 1950 e 1960.

O objetivo desse texto é refletir até que ponto o estudo do esporte em Angola, em especial do futebol, em Luanda entre os anos de 1950 e o início dos anos 1960, pode nos auxiliar na observação de outras formas de relacionamento entre colonizadores e colonizados, que uma história política mais preocupada em olhar para as lutas explicitamente anticoloniais tem dificuldade em enxergar.

## A QUESTÃO RACIAL OU SUA INVISÍVEL PRESENÇA

Voltando ao anúncio da venda de ingressos, chama a atenção o fato de que, sem que se mencionasse a “cor” da platéia, as divisões de ordem racial estavam evidentes. De fato, os preços e as posições na platéia não definiam a “cor” das pessoas, mas indicavam os seus lugares de forma bastante direta.

---

<sup>1</sup> Para a elaboração desse texto, consultei sobretudo o *Jornal de Angola*, de periodicidade mensal e depois quinzenal. A publicação do jornal se inicia em 1953 e o último número que tive conhecimento data de setembro de 1965. Consultei ainda alguns números de dois jornais diários: *Diário de Luanda* e *A Província de Angola*. A Anangola era uma associação cultural e de assistência dos naturais de Angola, que tem sido analisada pela historiografia como arregimentando, sobretudo, mestiços, mas alcançando também negros e brancos, em certa contraposição à Liga Nacional Africana, uma outra associação cultural dessa época, que contaria com a participação mais intensa dos negros angolanos.

O primeiro obstáculo à presença na platéia dos campos de futebol de mestiços e, sobretudo, negros, era evidentemente de ordem econômica. Ao ter em conta que o salário médio dos africanos não-assimilados, os chamados indígenas<sup>2</sup>, girava em torno dos 25 a 30 escudos angolanos<sup>3</sup>, que o soldo dos soldados indígenas era de 35 escudos angolanos e que o valor do ingresso variava entre 3 e 15 escudos angolanos, para um jogo da segunda divisão, é fácil perceber que poucos conseguiam assistir a tais partidas<sup>4</sup>. Mas ainda assim, os registros fotográficos existentes nos jornais do período demonstram que essa participação existia.

Por outro lado, tanto no caso dos militares não graduados quanto no dos indígenas não se menciona a “cor” dos frequentadores, mas é preciso ter em consideração que boa parte dos militares não graduados<sup>5</sup>, aos quais se “permitia” o acesso às bancadas, eram negros, e que os indígenas, restritos a uma faixa lateral em volta do campo, sem direito a acento, eram, senão todos, ao menos na sua esmagadora maioria negros.

Adotando a ideologia e o discurso colonial reinantes à época, já que nem sempre fora assim, o anúncio da venda de ingressos não faz referências à “cor”, nem mesmo em se tratando de um jornal de uma associação de naturais de Angola. Ainda assim, é possível afirmar que ela, a “cor”, continua presente, diferenciando e hierarquizando a sociedade colonial e, como não poderia deixar de ser, também o esporte.

Os militares, ainda que negros e mesmo indígenas, eram alçados a uma outra condição, reconhecidamente mais elevada socialmente, podendo se sentar com os brancos e assimilados<sup>6</sup>. Curiosamente, seu alistamento militar se traduzia numa

---

<sup>2</sup> O Estatuto político, civil e criminal instituído pelo Estado Português a fim de dar conta dos nativos, inicialmente das colônias de Angola e Moçambique, posteriormente alargado para Guiné Bissau, definia como indígenas os nativos africanos não brancos que não dominassem “códigos culturais europeus”. Decreto 12.533, de 23 de Outubro de 1926, publicado no Diário do Governo nº 23, 23-10-26, p. 903.

<sup>3</sup> Ao contrário das demais colônias portuguesas na África, Angola contava com um banco próprio, o Banco de Angola, criado em 1926. Com a criação do banco, Angola passou a ser a única colônia a possuir emissão e moeda própria, o Angolar, instituído oficialmente a partir de 1928. Em 1953, a Lei Orgânica do Ultramar estabeleceu o escudo como unidade monetária para todas as Províncias Ultramarinas, mas no caso angolano a emissão local foi mantida. As demais colônias usavam o escudo emitido pelo Banco Nacional Ultramarino (SOUSA, s/d, p. 103-111 e 135).

<sup>4</sup> Muitas das opções de lazer eram de difícil acesso para a população angolana. Outro bom exemplo para dar conta dessa afirmação era o preço do ingresso para o Cine-Teatro Nacional: 15\$00, também em 1954.

<sup>5</sup> O recrutamento realizado pelo exército português até 1958 contava com os indígenas para o preenchimento das vagas de soldado, enquanto os oficiais eram de origem metropolitana. Essa tendência de recrutamento local, com o início da luta de libertação, em 1961, seria ampliada para os postos de oficiais. Contaria para tanto a queda no recrutamento de soldados metropolitanos. Em Angola, no fim da guerra colonial, de um total de aproximadamente 66 mil soldados nas forças regulares do Exército, 28 mil eram angolanos. Se a esses números somarmos as tropas de apoio compostas por africanos o total de africanos alistados poderia chegar a 50 mil (BITTENCOURT, 2008, V. 2, p. 110).

<sup>6</sup> Era a designação dada ao africano que conseguia alcançar a categoria de “civilizado”. Essa condição era acessível por meio de um exame realizado por funcionários coloniais, que analisavam o grau de “civilidade” dos candidatos mestiços e negros, já que os brancos não precisavam passar por tal processo,

“ascensão civilizacional”. Sua postura em “defesa da pátria” possibilitava uma diferenciação automática dos demais angolanos não assimilados.

Evidentemente, em relação aos indígenas o seu estatuto civil por si só já os definia como “não-civilizados”. O mais importante, no entanto, é que o termo indígena encobre, escamoteia discursivamente a “cor”, que só está presente no decreto que cria a categoria jurídica do indígena uma única vez, no artigo terceiro, quando a “raça” alvo da legislação é explicitada: “são considerados indígenas os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça”<sup>7</sup>.

Não só os espaços dos espectadores e torcedores eram definidos racialmente, mas também os clubes, embora seus estatutos não admitissem o uso dessas barreiras de “cor”. Sobre esse ponto, vale lembrar uma designação utilizada por depoentes em entrevistas por mim realizadas nos anos 1990<sup>8</sup> e que tentava dar conta de determinada característica dos clubes: “clube dos brancos”. Nessa categoria estariam o Sport Luanda e Benfica, o Futebol Clube de Luanda e o Sporting Clube de Luanda, espécies de filiais dos respectivos clubes metropolitanos, Benfica, Porto e Sporting, ainda que eventualmente atletas mestiços, moças e rapazes de importantes famílias luandenses, freqüentassem tais clubes e mesmo os times. Estes clubes não admitiriam jogadores negros em seu plantel até meados dos anos 1950. E mesmo jogadores de futebol mestiços só seriam aceitos nos fins da década de 1940. Curiosamente, na metrópole os clubes de futebol já aceitavam jogadores mestiços e negros desde os anos 1940.<sup>9</sup>

Por sua vez, o Clube Ferroviário de Angola, também conhecido como clube do Bungo, nome dado a um subúrbio de Luanda, seria apelidado pejorativamente de “clube dos contratados”, numa explícita associação aos negros, que eram os que preenchiam a condição de contratados<sup>10</sup>, apesar de ter entre seus atletas alguns brancos pobres. Da mesma forma, o Clube Atlético de Luanda, fundado em 1924, e que mais tarde, nos anos 1960, seria conhecido como o “clube dos terroristas”, pelo

---

sendo considerados, *a priori*, “civilizados”. Levava-se em consideração, entre outras coisas, o seu domínio da língua portuguesa, sua condição econômica, sua moradia e seus hábitos cotidianos (BITTENCOURT, 2008, V. 1, p. 47).

<sup>7</sup> Estatuto político, civil e criminal dos indígenas de Angola e Moçambique. Decreto 12.533, de 23 de Outubro de 1926, publicado no Diário do Governo nº 23, 23-10-26, p. 903.

<sup>8</sup> Adriano dos Santos, Luanda, 13/9/1997 e José Gonçalves, Rio de Janeiro, 2/7/1996.

<sup>9</sup> Vale destacar que mesmo esses “clubes de brancos”, nos anos 1920, apresentavam times de futebol com negros e mestiços, o que sugere que a intensificação das barreiras raciais está associada ao crescimento da população branca, ou seja, à migração mais intensa de colonos nos anos 1920 e 1930.

<sup>10</sup> O “trabalho contratado” ou simplesmente “contrato” era o mecanismo pelo qual o “indígena” poderia adquirir moeda para arcar com o pagamento do imposto obrigatório. A fuga a esse esquema facultava às forças da ordem colonial o direito de deter os indivíduos não vinculados a um posto de trabalho e conseqüentemente incapazes de pagar o imposto, enviando-os, de acordo com as prioridades das autoridades coloniais, para o serviço obrigatório (BITTENCOURT, 2008, V. 1, p. 48).

fato de por ele terem passado alguns dos futuros dirigentes da luta anticolonial, nos anos 1950 era conhecido como o “clube dos mulatos”.

No entanto, o que interessa aqui destacar é que os clubes, ainda que fossem racialmente pensados e concebidos, não apareciam dessa forma na imprensa. Vale referir que ainda hoje muitos clubes do período colonial são lembrados, como deixam transparecer algumas entrevistas, a partir de designações raciais. O que intriga na leitura dos periódicos, em especial o *Jornal de Angola*, é a ausência de referências às designações negro, mestiço e branco para apresentar os jogadores, dirigentes e também torcedores.

Dessa forma, como podemos afirmar que negros, mestiços e brancos estão no mesmo espaço? Foram as fotos e os raros anúncios de venda de ingressos que permitiram ver que brancos, mestiços e negros estavam no mesmo ambiente e campo de jogo, ainda que em posições bem definidas.

O passo seguinte foi procurar as matérias sobre os jogadores que mais se destacavam e sobre aqueles que se transferiram para jogar em clubes da metrópole. Talvez aí, nos casos de maior sucesso, fosse mais fácil encontrar referências se o atleta em questão era mestiço, negro ou branco. Mais uma vez é a ausência que se impõe, ao menos no texto, já que as fotos são uma presença constante.

Assim também seria em relação ao sempre citado Demóstenes de Almeida, o famoso atleta dos anos 1920 e 1930 que, nos anos 1940, 1950 e 1960, se destacaria como treinador e dirigente, sem nunca ser apresentado como negro.

Saindo do campo do esporte e olhando as outras colunas dos jornais foi possível perceber que essa omissão da “cor” era uma constante. Os jovens que partiam para a metrópole para cursar o ensino universitário ou os bacharéis que de lá chegavam não eram nunca identificados como negros, mestiços ou brancos, mas havia uma valorização dos jovens negros e mestiços explicitada unicamente pelas fotos.

E porque isso chama a atenção? Porque em paralelo a essa postura de não definir ou apresentar os indivíduos segundo os padrões “raciais”, existentes e corriqueiros na vida colonial, se constrói uma luta reivindicativa crítica a alguns aspectos do colonialismo, mas pautada no discurso colonial de que no território português não há “discriminações raciais” e “preconceitos de pigmentação”.

Numa mirada mais panorâmica é preciso lembrar também que Portugal a partir dos anos 1950, percebendo o cenário político internacional e a chegada do vento das descolonizações, passa a defender que não tem colônias na África, mas sim Províncias Ultramarinas, alterando tal nomenclatura em sua legislação. Recuperando Gilberto Freyre, os ideólogos do regime insistem no caráter particular do português e

de sua colonização. Associando a idéia de uma presença de mais de 500 anos com a de um colonialismo mais humano, miscigenado, o Estado colonial português enfatiza o discurso de que não há discriminações raciais em seu território, ainda que houvesse um estatuto de cidadania diferenciado para assimilados e indígenas.

É assim, baseados no discurso colonial de ausência de discriminação, que alguns jornalistas e dirigentes de clubes questionam o descaso que a Federação Portuguesa de Futebol relega ao futebol angolano ou criticam a falta de intercâmbio com os clubes metropolitanos<sup>11</sup>. É o caso, por exemplo, do texto publicado em 30 de junho de 1954, no *Jornal de Angola*, de António do Couto Cabral Junior, que critica os debates sobre a reorganização do “Desporto Português” que estavam sendo travados na metrópole, pois continuavam a não levar em consideração o esporte nas províncias ultramarinas. Couto Cabral era também dirigente do Clube Atlético de Luanda, o que demonstra como alguns nomes circulam entre o esporte, o jornalismo e as associações culturais, já que o *Jornal de Angola* era um órgão da Anangola. Seu texto destaca que a mudança do termo “colônias” para “províncias portuguesas do ultramar” parecia ser falso, pois “o certo é que em matéria desportiva continuamos a ter leis separadas, das quais só a metrópole tira benefícios, sem qualquer lucro para os clubes de Angola e Moçambique”. Afirmando que “aqui também é Portugal”, aproveita para reclamar que apesar do descaso com os clubes das províncias de ultramar acontece um êxodo de jogadores angolanos para atuarem nos times da 1ª e 2ª divisão da metrópole.

O tom dessas críticas é sempre no sentido de reforçar “que somos todos portugueses” e que, por isso, não poderia haver diferenciações entre os atletas. Eram recorrentes, por exemplo, as críticas quanto ao fato de Luanda ter apenas um estádio, o dos Coqueiros, construído em 1947<sup>12</sup>, sendo que este só seria gramado em 1964. Mais interessante ainda é que, como o esporte era associado à educação escolar, um segundo passo das reivindicações será a demanda por mais escolas para todos os angolanos, vinculando tal ação à noção de “civilização”.

Evidentemente, essas críticas no campo futebolístico também irão surgir em outras esferas da vida colonial. Sempre adotando o discurso colonial de que não há diferenciações de ordem racial em Portugal que causem discriminações e privilégios,

---

<sup>11</sup> Antes dos anos 1960 eram raros os contatos desportivos entre clubes metropolitanos e das colônias. Contribuía para isso o tempo de deslocamento marítimo, somando mais de um mês entre Lisboa e Luanda. Esta dificuldade só seria ultrapassada com a expansão dos voos entre Lisboa e Luanda. Outro fator era a reclamação por parte dos jogadores metropolitanos por atuarem em campos de terra em Angola. Sobre esse ponto caberia ainda mencionar que alguns desses encontros foram marcados por brigas entre os times metropolitanos e os de Angola, como aconteceu com a Acadêmica, em 1938, o Benfica, em 1949, e a CUF de Lisboa, em 1954. Essa última equipe havia vencido a 2ª divisão metropolitana e em viagem a Angola enfrentou um selecionado luandense, sendo derrotado por 6 a 1. Inconformados com a derrota, os jogadores da CUF partiram para a agressão.

<sup>12</sup> Ainda que se tenha registro de partidas de futebol naquele local desde 1912.

esses angolanos, jogando dentro do campo da legalidade, irão pleitear conquistas no terreno jurídico que atacavam os privilégios coloniais.

Sobre isso é importante ter em conta a ausência de um espaço político formal, como os partidos, por exemplo, que fez com que determinados espaços associativos, como os clubes esportivos, assumissem uma conotação política, se transformassem em espaços de discussão política, mas não necessariamente anticolonial. Seria o caso, portanto, de buscarmos diferenciar ou pelo menos alargar a nossa percepção do político e não pensá-lo apenas pela postura anticolonial.

Para fechar esse item da não exaltação da “cor” e da existência de discriminações raciais, vale referir o caso da licença graciosa no Banco de Angola. Essa licença, que poderia variar de 6 a 8 meses, dada a cada 3 ou 5 anos, era concedida por lei aos nascidos no continente ou ilhas adjacentes, filhos de pais europeus, que servissem nas dependências africanas, em diferentes órgãos do governo colonial. O estatuto do banco, no entanto, previa ainda que os nascidos nas colônias, filhos de pai e mãe europeus, seriam considerados para esse efeito, nascidos na metrópole. Ou seja, o que está por traz desse privilégio colonial é uma questão racial.

A estratégia de alguns jornais angolanos e não só o Jornal de Angola ou alguns jornalistas seria lutar não pelo fim da licença, mas sim pela sua expansão para todos os portugueses, incluindo evidentemente os negros e mestiços angolanos. Ou seja, para esses angolanos está evidente que a leitura do problema é racial, afinal, ainda que o estatuto do banco não fale em “cor” e sim em naturalidades, o que se está discutindo é o privilégio dos brancos, mas seu argumento será a “ausência de discriminação” por parte do governo português.

Merece destaque, portanto, a “coerência” dessa estratégia. Como os articulistas do jornal se valem do discurso colonial da igualdade entre os portugueses para reivindicarem conquistas, que em última análise atacavam os privilégios coloniais, não podiam se deixar trair, abrindo mão de ressaltar se os angolanos a serem beneficiados eram negros ou não. Através da apresentação dessa estratégia de luta fica mais fácil entender o porquê da não explicitação das categorias “raciais” que marcavam o cotidiano da vida colonial.

## FUTEBOL E NACIONALISMO

Como o anúncio da venda de ingressos apresentado no início desse texto informa, Angola tinha uma segunda divisão de futebol. Esta era composta em 1954 por 8 clubes: Grupo Desportivo Os Malhãos (que nesse mesmo ano muda de nome para

Império Futebol Clube), Futebol Clube Vila Clotilde, Atlético Sport Aviação, Grupo Desportivo Vasco da Gama, Desportivo União de S. Paulo, Clube Sport Marítimo de Luanda, São Paulo Futebol Clube e C.F. Os Luandenses. Nesse mesmo ano, na primeira divisão estavam o Futebol Clube de Luanda, o Sport Luanda e Benfica, o Sporting Clube de Luanda, o Clube Ferroviário de Angola e o Clube Atlético de Luanda.

Alguns desses clubes apresentavam clivagens raciais mais acentuadas, em especial os “clubes da baixa” ou “clubes dos brancos”, como apresentado anteriormente. Ainda assim, os anos 1950 consistiram num cenário de grande mutação, e logo passariam a figurar nos times “de brancos” jogadores mestiços e negros. Para além disso, disputavam a mesma divisão clubes como o Sport Luanda e Benfica, Clube Atlético de Luanda e Clube Ferroviário de Angola, que pelo que foi afirmado, nos permite concluir que atuavam nos mesmos campos jogadores negros, mestiços e brancos.

Essa constatação é relevante porque põe em causa uma imagem, que podemos chamar de congelada, que posiciona brancos de um lado e negros de outro no cotidiano da vida colonial. É fácil cair no equívoco de que tais vivências se davam de forma isolada, a não ser no tocante à imposição do trabalho aos negros pelos brancos. Uma percepção como essa desconsidera a existência de brancos pobres, que viviam nos mesmos bairros que os negros “indígenas”, ou ainda a presença de um razoável número de mestiços, que por si só tende a desarrumar essa perspectiva estática.

O colonialismo é mais complicado que isso. A condição de colonizador e de colonizado é vivida desde a infância. Há um aprendizado racial que é difícil de ser superado. O racismo é o mecanismo delimitador dessa condição. Em algumas entrevistas que realizei em Angola e Moçambique nos anos 1990, com homens de mais de 55 anos, que vivenciaram o período colonial, uma surpresa trazida pelos relatos foi como muitos deles lembravam como grande marca da colonização a obrigatoriedade de darem “Bom dia senhor” ou “Bom dia patrão” para os meninos brancos.

Evidentemente há inúmeros casos de militantes brancos da causa independentista nesses países que demonstram a possibilidade de enfrentamento dessa situação. A “cor” dos indivíduos não necessariamente os ligava a um destino ou a um papel definido previamente de forma insuperável.

Entretanto, o que interessa frisar nesse momento é que o cotidiano colonial angolano dos anos 1950 permite a vivência de negros, mestiços e brancos em determinados espaços, que não apenas o do trabalho. O que não se traduz num

abrandamento do racismo, muito pelo contrário, as categorias “raciais” saem fortalecidas como mecanismo de demarcação social, ainda mais quando se trata de ambientes em que a estratificação econômica não se conjuga à racial. Nesse sentido, é possível especular sobre os motivos de algumas brigas ocorridas nos campos de futebol e frequentemente retratadas nos jornais como contrárias à “civilização”, ou ainda sobre o apoio dado pela torcida luandense aos clubes de fora de Luanda, quando as disputas envolviam o Atlético, o “clube dos mulatos” e o Ferroviário, o “clube dos contratados”, como podemos observar em matéria do Jornal de Angola sobre o campeão angolano de 1958, o Sports Club Catumbela:

No jogo com o Catumbela, o representante desta cidade – o Ferroviário – teve todo o público contra si, exceção feita à sua falange, evidentemente. Porque será que o público se comporta assim? Não, não podemos aceitar como bom estas provas de pouca simpatia que vem sendo dadas pelo público de Luanda, que tinha o dever moral de incitar as equipas da capital, sempre que estas jogassem com clubes de outras cidades (Jornal de Angola, 31 de janeiro de 1959, p. 7).

Por outro lado, em paralelo à convivência entre brancos, negros e mestiços no esporte é preciso destacar a presença de críticos ao colonialismo nos clubes. Relacionando a leitura dos jornais com determinadas entrevistas, percebemos que alguns atletas e dirigentes esportivos eram nomes ligados ao nacionalismo angolano. Isso não é uma novidade. O que pode ser considerado uma surpresa é a intensidade, o número de indivíduos com essa trajetória de proximidade entre luta política e esporte. Mais surpreendente ainda é o quanto essa presença de nomes de destaque da luta anticolonial angolana freqüentaram as páginas desportivas até muito tarde, ou seja, mesmo após o início da luta armada em fevereiro de 1961.

É dessa permanência de nomes do nacionalismo no esporte e no jornalismo até muito tarde que se pode perceber a fragilidade da idéia de fronteira, dividindo os que optaram por uma esfera legal de atuação crítica ao colonialismo e os que optaram pela clandestinidade ou abraçaram a luta armada.

Os angolanos que enveredaram pela clandestinidade rapidamente saíram ou tentaram sair de Angola e foram se juntar aos movimentos de libertação que estavam no exterior da colônia. No entanto, muitos de seus aliados políticos e amigos permaneceram em Angola e mantiveram uma atuação, evidentemente ainda mais limitada, mas acenando com alguma forma de reivindicação crítica a aspectos do colonialismo.

Numa determinada face interna da luta anticolonial, ou se quisermos luandense, talvez fosse mais interessante pensar na idéia de mancha para dar conta dos angolanos que pleiteavam o fim do colonialismo. As áreas de atuação desses homens, quase sempre muito jovens, eram as mesmas: o jornalismo, o esporte, a música e as associações. Muitos dos nomes presentes nesses diferentes ambientes também eram os mesmos. Indivíduos que escreviam nos jornais defendendo melhorias na colonização, que eram dirigentes esportivos com aprovação do governo colonial, mas que ao mesmo tempo elaboravam panfletos independentistas e ajudavam no estabelecimento de contatos entre jovens da colônia e a guerrilha.

Só assim podemos entender que homens como Costa Andrade, Antonio Jacinto, Luandino Vieira, Henrique Abranches e Arnaldo Santos atuassem na imprensa angolana, mesmo após o início da luta armada. Ou ainda que Daniel Chipenda, Helder Neto e João Vieira Lopes aparecessem como atletas ou dirigentes. Homens que ainda no início dos anos 1960 ingressariam na guerrilha do MPLA, seriam presos por mais de 10 anos ou manteriam uma postura reivindicativa nos marcos da legalidade, mas sobre os quais nunca pairou dúvida quanto ao seu compromisso com o ideal de independência.

Evidentemente, é fundamental termos em conta a heterogeneidade de gerações, horizontes políticos, grupos raciais e expectativas de classe que essas organizações angolanas, ou melhor, luandenses, comportavam. As associações culturais, os clubes esportivos e os jornais em questão absorviam e recrutavam angolanos com diferentes ambições e posicionamentos. Talvez tenha sido exatamente por conterem essas diferenças que tais espaços conseguiram jogar o jogo da legalidade, quer dizer, que conseguiram manter algumas reivindicações, num ambiente tão hostil. Do contrário, seria difícil entender o porquê do consentimento da sua simples existência pelas autoridades coloniais. O governo colonial certamente tinha muitos aliados nessas organizações, mas também muitos inimigos.

Um exemplo ainda mais evidente de como essa movimentação política contestatória alcançava os clubes esportivos é o caso do Botafogo. O nome da agremiação angolana era devido ao clube brasileiro, e sua concentração na área esportiva estava limitada quase integralmente ao futebol. Era um “clube de musseque” que chegou a disputar jogos com os “clubes dos brancos”. Na direção estavam Manuel dos Santos, Antônio Contreiras da Costa, Aristides Van-Dúnem, Lopo do Nascimento, Armando Correia de Azevedo, Vítor Hugo, Adriano dos Santos, entre outros. Comportava, como nos casos referidos acima, nomes ligados ao nacionalismo angolano.

Sua localização no bairro indígena de Luanda, que reunia uma razoável quantidade de indivíduos oriundos de localidades mais do interior, como Catete, Golungo Alto e Malange, permitia o cruzamento de gerações e regiões. É assim que o Botafogo vai se transformando em um local de encontro, de discussão política e até mesmo, para alguns de seus adeptos, em local de conscientização política e trabalho clandestino.

O clube tinha um serviço de assistência gratuita para consultas médicas, dadas pela doutora Julieta Granda, que seria presa no famoso Processo dos 50, ocorrido em 1959<sup>13</sup>. Tinha também um serviço de alfabetização e um departamento cultural que publicava um jornal chamado Balumuquene (segundo Adriano dos Santos, esse título em kimbundu poderia ser traduzido como “Levantem-se”).<sup>14</sup>

Em 1961, o Botafogo seria fechado pela Pide, sob o argumento de que seus dirigentes atuavam em organizações clandestinas (BITTENCOURT, 2008, p. 288-289). Alguns desses homens conseguiram sair de Luanda quando do início da repressão em 1959. Este seria o caso de Adriano dos Santos, que partiria para N’dalatando, que à época ostentava o nome colonial de Vila Salazar, a fim de trabalhar como auxiliar de topografia, e Lopo do Nascimento, que iria trabalhar nas obras públicas, no início do ano seguinte, também em N’dalatando, evitando assim prisões anunciadas.

O caso de Lopo do Nascimento é ainda mais interessante por termos encontrado um registro da Associação Provincial de Futebol de Angola, dando conta de que um jogador de nome Lopo Ferreira do Nascimento estava entre os jogadores que mudaram de equipe. Nesse caso a mudança implicava na saída do Atlético de Luanda e no ingresso no Club Lusitano de Salazar, na mesma atual N’dalatando (Jornal de Angola, 15/4/1960, p. 3). É bem provável que seja a mesma pessoa, o conhecido dirigente do MPLA, que ao retornar para Luanda em 1963, após passar num concurso para os serviços de educação, seria preso, logo em seguida, por participação em organização clandestina.

Os fatos chamam atenção não só pela possibilidade de especularmos o quanto a vinculação esportiva ajudava na montagem de uma face legal de atuação – afinal houve a preocupação em pedir a transferência de clube, ainda que sob um clima de tensão e perseguição política – como também sugere que essas redes realmente se espriavam por setores jovens, urbanizados, com ramificações em diferentes ambientes, já que o clube de vínculo inicial é o Atlético de Luanda e não o Botafogo.

---

<sup>13</sup> A primeira grande ação da polícia política portuguesa, a Pide, em Angola, detendo para interrogatório e posterior abertura de processo político indivíduos que defendiam a independência de Angola ou que eram acusados de tal projeto.

<sup>14</sup> Adriano dos Santos informa que, anos depois, ficou sabendo que esse jornal apareceu citado numa publicação do PC francês (Entrevista com Adriano dos Santos, Luanda, 13 de setembro de 1997).

Tais informações tendem a fortalecer, nesses dois casos, a idéia de mancha em contraponto à de fronteira como forma de melhor observar os homens que se dedicavam à luta política em Luanda.

Adriano dos Santos, por sua vez, também volta a Luanda e já não encontra sua rede de atuação política mais próxima, já que seus parceiros ou estavam presos, ou na guerrilha, ou ainda desmobilizados. Em 1965, seria transferido para a Huíla, onde de novo tentaria formar redes clandestinas preocupadas com a conscientização dos jovens e a discussão dos problemas para a organização de grupos de apoio ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), mas sem grande sucesso. Regressaria a Luanda em 1970, para trabalhar no serviço de geologia e minas, o que lhe permitiria percorrer quase todo o território angolano e assim voltar a fazer ligações de Luanda com o interior (Entrevista com Adriano dos Santos, Luanda, 13 de setembro de 1997).

É possível argumentar, a partir das relações apresentadas entre futebol, jornalismo e nacionalismo, que a concentração exercida pela historiografia em determinados aspectos da luta pela independência e, sobretudo, nos movimentos institucionalizados, aqueles que se organizaram e se apresentam como defensores de posições mais extremadas, em último caso, os movimentos de libertação, dificulta e talvez desvalorize a observação das ações não institucionalizadas e mesmo as ocorridas no campo da legalidade colonial. O que, em certa medida, significa abrir mão de se debruçar sobre aspectos importantes da vida cotidiana dos angolanos no período.

## O ESTADO COLONIAL E O FUTEBOL

No que diz respeito à relação do estado colonial com o esporte na colônia, o que se pode perceber até finais dos anos 1950 é uma relação de certa proximidade, sem que tais contatos se traduzam de forma automática num “uso”, por parte dos organismos estatais, do esporte como espaço privilegiado de controle, fomento ou mesmo divulgação da ordem colonial. Obviamente, a interação de dirigentes e clubes esportivos com as autoridades coloniais implicava no reconhecimento dessa ordem, mas não parece que esse canal tenha recebido qualquer prioridade por parte do governo colonial.

Pelo contrário, é possível ponderar que tenha existido uma busca de maior proximidade por parte dos clubes esportivos e das associações culturais angolanas aos diferentes poderes coloniais. Para além da necessidade de chancela dos nomes eleitos para a gestão desses clubes e associações, por parte do governo geral da

colônia, chama atenção o esforço dessas organizações em se fazerem reconhecer enquanto representantes dos angolanos junto aos poderes coloniais.

Nessa direção, temos como exemplo o fato dos corpos gerentes eleitos dos clubes e das associações, como a Liga Nacional Africana e a Anangola, cuidarem sempre de realizar uma peregrinação por espaços do poder político colonial e destacar ao máximo tais ações. Visitas ao Governador Geral, aos secretários de governo, aos representantes da União Nacional, mas também entre eles, clubes e associações. Ou seja, havia uma postura de afirmação de suas organizações e de tentativa de estabelecimento de canais de comunicação, que também podem ser vistos como canais da política, com as chamadas autoridades coloniais, o que certamente abriria espaço para lutas reivindicativas, ainda que tais visitas, muito provavelmente, fossem apreendidas pelos dirigentes coloniais como um reconhecimento da ordem colonial.

A busca pela interlocução com as autoridades coloniais fazia parte da estratégia de serem ouvidos, mas também de serem reconhecidos, o que, mesmo não sendo uma garantia de sobrevivência, permitia alguma margem de manobra. O exemplo da Liga Nacional Africana, que passaria por inúmeras intervenções governamentais já nos anos 1940, era algo presente aos homens dessas associações e clubes. Tais intervenções chamavam-se comissões administrativas e sua principal função era controlar o uso do espaço dessas associações e clubes e identificar seus membros, debilitando, senão impedindo, a capacidade de articulação política dos angolanos.

A estratégia da interlocução implicava na reciprocidade das visitas, o que era valorizado ao extremo, pois significaria, talvez, o reconhecimento máximo do papel de destaque dessas associações e clubes na vida social da cidade de Luanda. É assim que podemos enxergar o destaque dado pelos jornais angolanos à visita do Governador Geral Coronel Horácio de Sá Viana Rebelo<sup>15</sup> à Liga Nacional Africana, em 1959, quando esta vivia sob uma das diversas comissões administrativas que enfrentou. Com o sugestivo título de “Não podemos nunca deixar de pensar que Angola foi, é e será sempre portuguesa – afirmou ontem o Sr. Governador Geral – ao discursar na Liga Nacional Africana”, o periódico *A Província de Angola* reproduz trechos do discurso do governador durante a visita:

as caravelas que há 400 anos atravessaram os mares, enfunadas pela brisa da civilização e da cristianização que aqui vieram assentar arraiais para sempre (...). Angola foi, é e será sempre portuguesa. Fazem mal aqueles que, lá fora, possam pensar o contrário (...). Podem ser

---

<sup>15</sup> Horácio Rebelo foi governador geral de Angola entre janeiro de 1957 e janeiro de 1960.

diferentes as caras, podem ser diferentes as mãos. Mas as caras estão em cabeças que pensam assim. As mãos trabalham, unidos uns aos outros, todos nós portugueses – pretos, brancos ou mestiços – em levar por diante esta grandiosa obra que é Angola (...) Ouvi interessadamente o que me disseram tanto o sr. presidente da Liga Nacional Africana como o sr. Agnelo Paiva, e posso dizer que é firme intenção do Governo Geral continuar a desenvolver, por toda a província a instrução e a assistência. Aquilo que agora se processa na Liga Nacional Africana, em que cerca de trezentas crianças estão a aprender as classes da instrução primária temos que desenvolver ainda mais por essa terra fora (A Província de Angola, em 30 de janeiro de 1959, p. 1 e 5).

Pela fala do governador é possível perceber como as cobranças pela ampliação dos serviços de educação e saúde continuavam, mesmo num contexto mais delicado, em 1959, com a Liga vivendo uma comissão administrativa, o vizinho Congo já em grande agitação política e a própria cidade às portas de enfrentar suas primeiras detenções políticas com o processo dos 50. De fato, o discurso do Governador, reforçando a “portugalidade” de Angola, demonstrava o reconhecimento do momento que a presença portuguesa na África começava a enfrentar. Todavia, apesar desse contexto e de se tratar de uma visita oficial, o que a principio poderia sugerir uma maior polidez, é possível ponderar que as palavras do Governador, em tom de resposta aos temas da saúde e da educação, reforçavam a idéia de uma luta pela cidadania que era levada adiante no campo da legalidade.

Na seqüência da visita à Liga, o governador iria visitar, no dia seguinte, a Anangola, sendo acompanhado pelo Comandante Militar, pelo Presidente da União Nacional, pelo comandante da Polícia de Segurança Pública, pelos diretores dos serviços de saúde e dos hospitais de Luanda e pelo presidente da Liga Nacional Africana (A Província de Angola, em 31 de janeiro de 1959, p. 1 e 4). Dessa visita à Anangola vale relacionar alguns trechos do discurso de seu presidente, Fernando Alves Baptista da Costa, por destacarem determinados aspectos e mesmo os alcances da associação, tais como o fato de suas escolas atuarem “sem distinções de cores, pois nesta casa cabem todos”; ou ainda a menção ao fato do Jornal de Angola ter 2 mil assinantes, mas por não possuir uma tipografia precisar contar com o apoio financeiro da Anangola; que essa associação tinha 12 mil sócios; que entre os seus principais cursos estavam o de corte, costura e bordado, com 30 alunas, o de datilografia, com 70 alunos, homens e mulheres; e que o serviço mais destacado era o do dispensário creche, criado em 19 de setembro de 1949, tendo atendido a mais de 10 mil crianças dos...

dois sexos, sem preocupações de cores, como demonstram as estatísticas e o movimento diário ali registado. Desde a consulta médica, a consulta de higiene infantil, banhos de limpeza, injeções, tratamentos e curativos, raios de luz, operações de pequena cirurgia, vacinações de toda espécie, tudo é feito, com a superior orientação do nosso diretor clínico (Jornal de Angola 28 de fevereiro de 1959, p. 1, 2 e 6).

Mas o discurso, como seria de esperar, após os agradecimentos à ajuda do governo na manutenção dessas ações e algumas juras de amor a Portugal, investe em nova estocada no que se refere à criação de mais escolas, em especial para os indígenas, “para que os possamos chamar à civilização”, e continua o elenco de demandas pedindo a valorização e

a proteção e a preferência dos naturais de Angola, sem quaisquer distinções, nos empregos públicos, a construção de moradias para indígenas, a criação de escolas técnicas, a repressão aos abusos que muitos praticam, especialmente no que refere ao esbulho de terras indígenas, etc. Mas, repetimos, pedimos tudo isto, sempre com a maior correcção, lealdade e honestidade (Jornal de Angola 28 de fevereiro de 1959, p. 1, 2 e 6)<sup>16</sup>.

No périplo do Governador Geral de Angola pelas associações culturais, nesse ano de 1959, não foi possível observar se as visitas alcançaram também os clubes esportivos. Mas através das matérias publicadas no Jornal de Angola sobre essas visitas é possível identificar que alguns dos dirigentes dessas instituições acumulavam funções semelhantes nos clubes esportivos, reforçando o argumento das inter-relações entre associações culturais e clubes, como seriam os casos de Óscar Vieira da Costa, Vice-presidente da Anangola e Presidente da Associação Provincial de Futebol de Angola, e Edgar Lucas da Costa, tesoureiro da Anangola e dirigente do Clube Atlético de Luanda, o mesmo clube que dois anos depois ganharia o apelido de “clube dos terroristas”.

---

<sup>16</sup> Esse mesmo discurso pode ser observado numa edição especial do Jornal de Angola, datada de dezembro de 1959, com cerca de 60 páginas e editado em Lisboa, com o apoio do Ministério do Ultramar e do Governo Geral de Angola. O número traz uma sugestiva capa com uma foto emoldurada de duas meninas, uma branca e uma negra, tendo à base a expressão “Fraternidade Portuguesa”, e abaixo da foto a seguinte frase: “Número dedicado ao estreitamento das relações entre Angola e a metrópole”. Entre as principais matérias, o título “O Chefe do Estado distinguiu ‘Jornal de Angola’ concedendo audiência ao seu representante”, que trata da visita do representante do Jornal de Angola, Alexandre de Sousa e Andrade, ao Presidente da República, Almirante Américo Thomaz, no Palácio de Belém, em 7/9/1959. O texto afirma que foram poucos minutos, mas o suficiente para um elogio do presidente ao papel da Anangola e do Jornal de Angola. Na seqüência é comentada a visita do mesmo representante ao Ministro do Ultramar, Contra-Almirante Vasco Lopes Alves.

Entretanto, a ligação entre as autoridades coloniais e os clubes esportivos de Luanda e, mais do que isso, a demanda desses clubes por uma maior proximidade e apoio dos órgãos estatais pode ser percebida em outros momentos da década de 1950, através de diferentes matérias jornalísticas que versam sobre a necessidade de apoio financeiro aos clubes, de melhorias no Estádio Municipal dos Coqueiros e mesmo de uma intervenção oficial para regularizar as associações esportivas.

Exemplo dessa postura pode ser verificado na coluna Desporto do Jornal de Angola, de 31 de janeiro de 1959, que confirma o apoio dado pelo Governador Geral Horácio de Sá Viana Rebelo, após a demanda dos “desportistas de Angola” há 3 anos, na “organização ao desporto de Angola” e na concessão de “subsídios substanciais”. O texto é bastante ácido aos dirigentes das associações e dos clubes, afirmando serem eles os responsáveis pela criação de obstáculos ao melhor convívio e desempenho do esporte em Angola. Por fim, lembra, inclusive, que essa postura já havia sido criticada pelo próprio Governador, quando da sua visita ao Sporting de Luanda para acompanhar o lançamento da primeira pedra da sede e do parque esportivo desse clube. Sobre isso, o texto reproduz as próprias palavras do governador naquela ocasião:

E teria muita pena, se realmente depois da ajuda se ter dado, de se ter correspondido àquele mandato que a população desportiva da Província me veio pedir, se continuem a registar divergências entre dirigentes das associações, divergências entre os dirigentes dos clubes, demissões, zangas, questões entre os clubes e as associações e outras coisas do gênero, e pior ainda, quando se dá com aqueles que nada têm a ver com o desporto, que se metem nas coisas do desporto. Isso terá de desaparecer. Teremos de buscar uma harmonia que é necessária, para que eu não me arrependa daqueles benefícios que tenho dado e que me levem, inclusivamente, a ter que diminuir certas ajudas que tenho dado a alguns sectores da vida desportiva da Província. Isto são, apenas, umas palavras ditas à boa paz, visto que estão aqui homens do desporto, dirigentes das associações, dirigentes dos clubes, etc., e porque elas não visam ninguém e muito menos o Sporting, que está comemorando ou festejando uma data como é esta da primeira pedra do edifício

(Jornal de Angola, de 31 de janeiro de 1959, p. 7).

O tom do discurso é de repreensão às discussões que o meio esportivo luandense parecia apresentar, o que pode ser avaliado como uma cobrança do Governador pelo fato de estar ajudando a financiar tais atividades, ao mesmo tempo

em que reforça a idéia do quanto esses clubes demandavam a proximidade das autoridades coloniais.

Enquanto os anos de 1958 e 1959 apresentam inúmeras demandas quer dos clubes quer das associações culturais por um maior apoio das autoridades coloniais às suas atividades, os anos de 1960 e, sobretudo, 1961, trariam mudanças significativas nesse posicionamento. Os acontecimentos políticos de 1959 e 1960, com destaque para o processo dos 50 e a independência do Congo, em janeiro de 1960, levam a uma radicalização das autoridades coloniais portuguesas. Os olhos e ouvidos das instâncias governamentais passam a suspeitar de qualquer tipo de associação, seja ela cultural, esportiva ou profissional que congregasse angolanos negros e mestiços.

É assim que, no ano de 1960, passa a chamar a atenção a incidência nos jornais angolanos de matérias valorizando a presença portuguesa, mesmo no que diz respeito ao esporte. Os motivos para essa expressão de “portugalidade” não são explicitados com clareza, faz-se quando muito menção aos problemas que estão acontecendo no exterior, fora da colônia. Com citações do tipo “o que se passa lá fora é bem o problema humano daqueles que, mais ou menos, praticaram a segregação racial ou evitaram o convívio social, e por conseguinte está o feitiço a virar-se contra o feiticeiro...” (Jornal de Angola, 15 de abril de 1960, p. 1), o Jornal de Angola parece estar enquadrado por essa campanha oficial, que pretendia demonstrar que o caso português era diferente, pois sua colonização teria sido marcada por uma “harmonia racial”. Essa será a expressão recorrentemente utilizada para definir a diferença portuguesa.

No entanto, nesse mesmo número do jornal, uma nota divulgaria a eleição para os corpos gerentes da Casa dos Estudantes do Império<sup>17</sup> e felicitaria os eleitos, citando entre eles Edmundo Rocha, Paulo Jorge e Gentil Viana (Jornal de Angola, 15 de abril de 1960, p. 3). No número seguinte seria destacada uma outra eleição, agora para a nova diretoria da Associação Provincial de Futebol de Angola, listando entre os eleitos o nome de Diógenes Boavida (Jornal de Angola, 30 de abril de 1960, p. 3). Todos esses nomes passariam, num futuro muito próximo, a estar indiscutivelmente ligados ao nacionalismo angolano e, mais do que isso, ao MPLA e a sua guerrilha anticolonial. Definitivamente, esse início dos anos 1960 era um momento de grandes mudanças para ambos os lados: autoridades coloniais e independentistas.

---

<sup>17</sup> A Casa dos Estudantes do Império (CEI) era uma instituição acolhedora não só de angolanos, mas também de indivíduos oriundos das demais colônias portuguesas, onde era possível obter um mínimo de assistência e, principalmente, algum companheirismo enquanto realizavam seus cursos universitários na metrópole. Ela era financiada pelo governo português e organizava atividades culturais e esportivas. Acabaria sendo reconhecida nos anos 1960 como um berço dos nacionalismos africanos.

Esse mesmo ano de 1960 seria um marco importante no futebol das colônias de Angola e Moçambique. Finalmente teria início sua participação na Taça de Portugal. Esta era uma demanda que freqüentava os jornais angolanos desde o ano de 1953, mas que só seria contemplada nesse cenário de preocupação portuguesa com o avançar das independências na África e os ensaios de uma luta mais acirrada em suas colônias. A participação africana seria limitada às colônias de Angola e Moçambique e seria realizada através de uma única equipe vencedora do duelo entre os campeões de 1959 de Angola e Moçambique. O time vencedor iria jogar a fase final da Taça de Portugal na metrópole. Por Angola classificara-se o Portugal de Benguela, enquanto por Moçambique alinharia o Sporting de Nampula. No entanto, para os objetivos desse texto, mais interessante do que a participação do time de Nampula na metrópole, talvez seja a disputa pelo campeonato em Angola. Segundo uma descrição da época, alinhariam para a fase final dessa decisão quatro clubes: o Ferroviário de Luanda, o Portugal de Benguela, o Negage do Congo Português e o Sporting do Lobito. O curioso é que apesar do favoritismo do Ferroviário, o time da capital, este precisaria jogar contra os adversários e o público:

Muitos dos que vão ao Estádio Municipal, hostilizam a equipe do Bungo, sem saberem os motivos...O que é preciso, é incitar o seu adversário, insultar, vexar os rapazes do Ferroviário, mas eles, alheios a essa antipatia do público pela camisola que envergam (estamos certos de que é só a camisola...) lá vão torneando todas as dificuldades (Jornal de Angola, 31 de janeiro de 1960, p. 3).

O clima de tensão política vivido na colônia muito provavelmente também se apresentava nos gramados e nas arquibancadas. O “clube do Bungo” ou o “clube dos contratados” certamente continuava a levantar preconceitos de raça e classe, mas agora seria somado a esses o temor de um levante por parte daqueles que o freqüentavam e o representavam.

O ano seguinte iria agudizar essa efervescência. Em 4 de fevereiro de 1961, o temor viraria realidade. Teria início a luta armada pela libertação de Angola. Os ataques às prisões de Luanda na tentativa de libertar presos políticos marcaria o início de um caminho sem volta. As possibilidades de negociação se reduziriam ainda mais, prevalecendo a lógica do apoio ou guerra. Novos parceiros entravam em campo, países africanos independentes, União Soviética, Estados Unidos e África do Sul, complexificando ainda mais o cenário angolano.

Necessitando comprovar sua teoria de que tudo estava bem em Portugal e nos seus territórios ultramarinos e de que o ocorrido em Angola era fruto da ação de “grupos terroristas estrangeiros”, o governo português investe na idéia de normalidade

da vida colonial. Entre as novas iniciativas surgiriam os “Jogos do Mundo Português”. O esporte passava ao primeiro plano da estratégia de demonstrar o quanto a “harmonia racial” era também política. Exaltava-se dessa forma a “portugalidade”, outros dos termos caros ao estado colonial, a união e a participação de todos os portugueses, diminuindo a idéia de separação entre metrópole e colônias.

Em Luanda, imediatamente após o ataque às prisões, a Anangola e demais associações culturais, que compunham também o campo de atuação dos indivíduos que defendiam a idéia de independência, os situados na tal mancha descrita anteriormente, pedem audiência ao Governador e vão se apresentar como defensores da cidadania portuguesa e repudiar os atos de violência ocorridos. Sua estratégia de sobrevivência implicava nessa proximidade, ao mesmo tempo em que explicitava a diversidade de forças políticas que a própria associação contemplava<sup>18</sup>.

A permanência do funcionamento da Anangola e de seu jornal, ainda que mantendo como articulistas nomes como Luandino Vieira, Henrique Abranches, Arnaldo Santos e Antonio Cardoso, provavelmente será melhor entendida se tivermos em consideração esse “jogo” da legalidade colonial, do respeito ao limite imposto pelas autoridades coloniais, mas mantendo algum espírito crítico, ainda que esgrimindo tais críticas a partir de elementos do próprio discurso colonial.

No campo esportivo os enfrentamentos também parecem ter seguido uma orientação mais moderada, como a do Jornal de Angola e a da Anangola, o que não impediria retaliações duras por parte das autoridades coloniais, como seria o caso do Botafogo, já comentado, e que foi fechado nesse mesmo ano de 1961. Os poucos indícios de que dispomos parecem apontar para ações mais extremas por parte do governo colonial e das forças de repressão portuguesas quando se tratava de clubes menores, os “clubes de musseque”. Esse seria o caso não só do Botafogo, mas também do Clube de Futebol Luandenses, que também em 1961 seria submetido a uma comissão administrativa. Essa comissão informaria à Associação de Futebol de Luanda que por não ter condições, o clube não se apresentaria na próxima temporada, ficando com suas atividades suspensas por um ano (Jornal de Angola, 15 de abril de 1961, p. 6). Atitude bem diferente da que fora tomada em relação ao Clube Atlético de

---

<sup>18</sup> A edição do Jornal de Angola imediatamente posterior ao 4 de fevereiro apresenta um título que não deixa dúvidas quanto a estratégia da Anangola e de seu jornal: “O Sr. Governador-Geral garantiu à Anangola a repressão e condenação rigorosa de actos tendentes a provocar desarmonia entre a população.” O texto diz que os membros da Anangola ficaram surpresos e indignados com os atos “cometidos por bandos de indivíduos, a soldo com certeza de inconfessáveis interesses além fronteira” que resultou na morte de portugueses. Ou seja, é uma repetição das declarações oficiais que espelhavam o discurso colonial português dos últimos anos (Jornal de Angola, 15 de fevereiro de 1961, p. 1 e 2). Os números posteriores já não mencionariam o ocorrido em Luanda, nem mesmo as novas ações guerrilheiras no norte da colônia.

Luanda, que apesar de ser conhecido como o “clube dos terroristas”, continuaria a participar de campeonatos em diferentes modalidades.

## CONCLUSÃO

É possível perceber uma maior concentração da produção historiográfica que se dedica ao estudo da Angola contemporânea nos temas relacionados aos conflitos e, sobretudo, as guerras. Tal concentração se deve à existência de inúmeros embates que marcaram de forma decisiva a vida dos angolanos nos últimos 50 anos: guerra colonial, guerra fria, guerra contra o *apartheid*, guerra regional, guerra pós-independência, guerra pós-eleitoral e guerra civil.

Todavia, esse olhar focado na luta de tipo armado parece dificultar a observação de outras lutas, também políticas e reivindicativas, mas que conheceram outro formato e, conseqüentemente, tiveram outro alcance. Esse seria o caso do que temos chamado de luta dentro dos marcos da legalidade colonial. Uma luta pela igualdade de direitos, pautada pelo discurso da civilização e da cidadania portuguesas, que foi implementada por angolanos sobretudo nos centros urbanos e que buscava combater os privilégios da situação colonial. Em certa medida, lutava-se contra a vigamestra do próprio colonialismo, ao combater as bases dessa situação, criticando os privilégios dos colonos defendidos pelo estado colonial.

Para conceber dessa forma as ações desses homens, é preciso considerar a distância existente entre, por um lado, ideologia e discurso colonial e, por outro, a prática colonial. Só assim podemos entender como os angolanos usaram o discurso colonial português da não racialização, da “harmonia racial” e da cidadania portuguesa para combater os privilégios impostos pela colonização. Esse é um ponto fundamental para perceber como alguns angolanos fizeram do discurso colonial uma arma para lutarem contra as discriminações coloniais.

Uma pergunta que pode ser formulada a partir dessas considerações é a seguinte: Até que ponto é possível admitirmos a existência de uma luta anticolonial dentro da legalidade colonial? Isso porque os colonos não exercem no seu cotidiano o discurso colonial, muito pelo contrário, o dia-a-dia das relações entre colonizadores e colonizados é marcado por situações em que as posições sociais são reforçadas, em que a cor é um elemento decisivo para se definir os lugares sociais e as hierarquias que elas implicam. Portanto, um ataque aos privilégios coloniais, mesmo que a partir de argumentos coloniais, acabaria por questionar a própria ordem colonial.

Não me parece, no entanto, que os elementos apresentados permitam ir tão longe, afinal os limites existentes no espaço colonial acabavam por condicionar os

enfrentamentos selecionados. O que não invalida a idéia, muito pelo contrário, de recuperar esse terreno da luta política. Foi nele que muitos angolanos investiram seus esforços, empunharam a bandeira da igualdade de direitos e enfrentaram as autoridades coloniais jogando no campo do inimigo. Faziam isso, evidentemente, em determinados espaços, salvaguardados em certa medida pela diversidade de opiniões e projetos que esses próprios espaços comportavam.

Como podemos imaginar, esse tipo de luta não é fácil de ser percebido, muito em função da concentração da atenção nos movimentos de libertação, que afinal desafiaram abertamente o colonialismo e avançaram com a luta anticolonial armada. Movimentos de libertação e, posteriormente, partidos políticos, que por sua vez, ao longo de sua história, defenderam e continuam a defender sua legitimidade, como os principais atores angolanos, pelo fato de terem lutado com armas em punho contra as forças militares coloniais. A memória desses movimentos e partidos é uma credencial fundamental para o processo de condução da Angola independente e, portanto, difícil de ser questionada. A ponderação a ser feita aqui é sobre o quanto tal concentração parece fortalecer o esquecimento das ações de reivindicação e luta no campo da legalidade colonial.

## BIBLIOGRAFIA

- Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Espanha: Círculo dos Leitores, Volume 5, 1999.
- Bittencourt, Marcelo. *"Estamos Juntos!" O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Kilombelombe, 2008. v. 2. 710 p.
- Ferreira, Luís Alberto. *História do Club Atlético de Loanda. Primeiro volume – 1924-1953. Subsídios para a história do desporto angolano*. Luanda: Edição do Club Atlético de Luanda e Saudade, 2008.
- Gonçalves, Mateus e Pacavira, Carlos. *Trumunu. Trinta anos de futebol em Angola*. Luanda: Edições Trumunu, v.1.
- Mabeko Tali, Jean-Michel. *O MPLA face a si próprio*. Luanda, Nzila, 2002.
- Marcum, John. *The Angolan Revolution. The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, volume I, 1969.
- Neto, Maria da Conceição. "Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX". In: *Lusotopie*, Bordeaux, 1997, p.327-359.
- Sousa, Luis Manuel Rebelo de. *O papel-moeda em Angola. Subsídios para o seu estudo*. Luanda: Ed. Banco de Angola, s/d.